

Anexo ao recurso da Santa Casa de Misericórdia de Sabará – MG

Número do Lote: 2

Número da Proposta Recorrida: 063515/2023

Empresa Recorrida: Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – AVANTE SOCIAL.

Referência: Chamamento Público nº 5, de 17 de outubro de 2023 – Secretaria de Saúde Indígena (SESAI)

A **SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SABARÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.315.681/0001-45, com sede na Rua Francisco de Assis Pereira, nº 55, Bairro Centro, Sabará/MG, CEP 34.505-500, vem, respeitosamente, por meio de seu Presidente, abaixo assinado, apresentar recurso nos termos do item 8.2 do edital, em face do resultado divulgado no último dia 12/12/2023 no site do Ministério da Saúde, para a Proposta de nº 063515/2023, Lote nº 2, submetida pelo Proponente Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – AVANTE SOCIAL, inscrito no CNPJ nº 03.893.350/0001-12, e, na oportunidade, apresentar as razões para tanto, conforme se segue:

I – PRELIMINAR

Preliminarmente é imperioso destacar que a recorrida desprezou os modelos e as orientações dispostos nos Anexos I e II quando da apresentação dos planos de trabalho, deixando de informar o seguinte:

- No item **1.1** Identificação do Projeto faltaram “nome do programa e lote escolhido”, conforme consta no Anexo II;
- No Eixo **2** – Educação Permanente - a recorrida deixou de apresentar planilha com o valor consolidado das ações;

- No Eixo **3** – Controle Social - a recorrida deixou de apresentar planilha com o valor consolidado das ações;
- No Eixo **4** – Ações integrativas de saúde voltadas à valorização de saberes tradicionais da medicina indígena - a recorrida deixou de apresentar planilha com o valor consolidado das ações;
- Nos Itens **1,4, 1.5 e 1.6**, “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior nas áreas de saúde e ciências sociais aplicadas”, “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com mestrado” e “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com doutorado, PORTANTO, todos os itens devem ser zerados, eis que a recorrida não apresentou a documentação exigida no Item 6.3.2.5 do edital do certame, bem como ao ANEXO XL.
- No item **1.7** a recorrida, inseriu as informações sobre o Programa de Integridade como Item 1.6 e não no Item 1.5 conforme, anexo XL que trata da declaração de capacidade técnica e operacional, diante erro grasso da proponente, a referida nota concedida ao Item 1.7 deve ser modificada, uma vez comprovado o descumprimento do Edital 5\2023, anexo XL
- No item **1.9** a recorrida não informa a data de criação e documento de gestão que instituiu o Código de Conduta Ética, descumprindo assim o disposto no Modelo do Anexo II;
- Nos itens **2.1** “Aderência da proposta aos objetivos e diretrizes do presente Edital e suas Especificações Complementares” e **2.2** “Clareza da proposta metodológica para o desenvolvimento dos objetivos previstos no item 1.2 do Edital” houve uma baixa aderência em ambos os itens, onde a proposta em deixou de fazer menção a itens essenciais que compunham o Anexo II, especialmente a falta de percentual das despesas administrativas e do orçamento consolidado;

Insta salientar que a obrigatoriedade de observância dos modelos dos Anexos I e II consta exaustivamente em diversos itens do Edital, a saber:

2.5.3. O modelo de apresentação do Plano de Ação está discriminado no Anexo II;

6.2.2. verificação do cadastro da proposta na plataforma Transferegov.br, conforme estabelecido no item 7.6. e no Anexo II;

6.3.4.1. As descrições deverão ser realizadas de forma concisa e padronizada, conforme Anexo II, devendo estar em conformidade com os objetivos e diretrizes do programa da plataforma TransfereGov, uma vez que o detalhamento analítico estará disposto no Plano de Trabalho;

7.5.1. As propostas deverão ser padronizadas, nos termos do Anexo II deste Edital;

7.6.2. A proposta cadastrada para análise na plataforma Transferegov.br seguirá o modelo constante no Anexo II a este Edital;

7.6.3. O proponente deverá elaborar Plano de Ação contendo informações detalhadas sobre as características de operacionalização da proposta, conforme modelo constante do Anexo II, atendendo às orientações e diretrizes metodológicas das Especificações Complementares (Anexo I). O Plano de Trabalho deverá estar em formato digital e ser anexado à proposta de trabalho cadastrada na plataforma Transferegov.br.

Além do descumprimento da determinação de utilização do Anexo II para elaboração dos Planos de Trabalho, o Anexo XL não foi devidamente assinado, uma vez que faltou o carimbo da instituição. Insta salientar que o modelo do referido documento traz expressa a seguinte determinação “Assinatura e carimbo do Dirigente máximo ou outra autoridade, por delegação de competência”, sendo imprescindível o carimbo da instituição para a devida comprovação da identificação.

Abaixo, captura de tela da assinatura apresentada pela Instituição no Anexo XL na qual resta evidente a ausência do carimbo exigido pelo Edital, conforme se observa da imagem extraída da proposta apresentada, vejamos:

Viviane Tompe Souza Mayrink
Presidente
Avante Social

Conforme pode ser verificado, a proponente incorreu em vários erros, indo contra os Itens acima elencados. Assim, diante da não observância dos modelos dos Anexos I e II e da falta de Carimbo no ANEXO XL - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL, requer-se que seja revisada a classificação da Recorrida, a fim de assegurar sua **IMEDIATA DESCLASSIFICAÇÃO** mediante a correta aplicação dos critérios estabelecidos no edital, garantindo a observância dos princípios da legalidade, da igualdade e da razoabilidade.

Não sendo este o entendimento deste respeitável órgão REQUER desde já subsidiariamente, que sejam revisadas as notas da Proponente, garantindo a observância dos princípios da legalidade, da igualdade e da razoabilidade.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS

O Ministério da Saúde por meio da Secretaria de Atenção à Saúde Indígena publicou o Chamamento Público nº 5, de 17 de outubro de 2023, visando a seleção de entidades privadas sem fins lucrativos com capacidade gerencial, operacional e técnica para a prestação de serviços complementares na área de atenção à saúde e determinantes ambientais nos 34 (trinta e quatro) Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e nas 02 (duas) Casas de Saúde Indígena (CASAI) Nacionais, visando alcançar os objetivos específicos pactuados na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), em consonância com as especificidades socioculturais dos povos indígenas, no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SasiSUS.

Nesse contexto, o Proponente Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde, apresentou a proposta 063515/2023, classificando-se em sexto lugar no Lote de número 2, composto por 5 unidades a saber: CASAI's Brasília e São Paulo; DSEI's Interior Sul, Litoral Sul e MG/ES (Minas Gerais e Espírito Santo).

Entretanto, ao examinar o Relatório de Avaliação [SEI/MS - 0037843908 – Relatório], divulgado pela SESAI/MS no dia 12/12/2023 e a documentação disponibilizada pela SESAI/MS, no dia 01 de março de 2023, por meio da pasta “Documentação para comprovação da Capacidade Operacional e Planos de Ação”, verifica-se que a colocação e notas do Proponente não merecem prosperar pelas razões a seguir expostas.

III Da Avaliação da qualificação técnica, da experiência institucional e da capacidade operacional da proponente

Pontuação total concedida pela SESAI/MS no Relatório:

ITEM	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	Total
Pontos	7,50	0,00	3,00	9,00	6,00	2,50	1,50	0,00	1,50	2,00	33,00

Pontuação total que deveria ter sido concedida:

ITEM	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	Total
Pontos	7,50	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	12,50

a. Da pontuação incorreta concedida à proponente no Item, 1.4, 1.5 e 1.6:

Não obstante, tenha sido apresentado as informações no Anexo XL, não foi disponibilizada documentação que oportunizasse à Recorrente conferir se de fato foram apresentados os diplomas exigidos e comprovado o vínculo dos profissionais de nível superior, mestres e doutores com a Instituição, devendo portando haver a retificação da

pontuação, uma vez que a proponente feriu os ditames do edital no que diz respeito ao Item 6.3.2.5 do edital 5\2023.

6.3.2.5. A comprovação da pontuação dos critérios 1.4 a 1.6 da Tabela 2 será realizada por meio da relação nominal dos trabalhadores de nível superior e seus respectivos diplomas/certificados.

Assim, requer-se a devida revisão da pontuação atribuída ao Critério, 1,4, 1.5 e 1.6 para 0,0 para ambos, uma vez que a proponente não comprovou o requerido no Item 6.3.2.5 do edital 5\2023, portanto REQUER a exclusão dos profissionais não devidamente comprovados, a fim de garantir a aplicação justa e rigorosa dos critérios estabelecidos no edital.

b. Da pontuação incorreta concedida à proponente no Item, 1.7 – Programa de Integridade (Compliance) instituído a mais de 6 meses.

Pontuação concedida pela SESAI/MS: 1,5

Pontuação correta: 0,0

Conforme verificado abaixo, a empresa proponente inseriu as informações sobre o Programa de Integridade como Item 1.6 e não no Item 1.5 conforme, anexo XL que trata da declaração de capacidade técnica e operacional.

TELA EXTRAIDA DO EDITAL 05\2023 – ANEXO XL

1.5. Programa de Integridade (critério 1.7): <Apresentar sinteticamente a política de integridade da instituição, relatando a data na qual foi implantada, as áreas envolvidas e as ações para manutenção da cultura de integridade, se houverem. A documentação comprobatória deve ser apresentada, nos termos do item 11.3.2.6 do Edital>

TELA EXTRAIDA DO PLANO DE AÇÃO DA PROPONENTE

1.6 Programa de Integridade

O programa de integridade é um conjunto estruturado de políticas, práticas e procedimentos destinados a promover uma cultura de ética, transparência e conformidade dentro do Instituto.

É um esforço contínuo para manter e fortalecer a cultura de integridade no Instituto, garantindo que a ética e a conformidade sejam valores fundamentais em todas as operações do Instituto. A data de implantação em 27 de junho de 2021 marca o início desta jornada e desde então, temos

Diante do exposto acima, e do erro da proponente, a referida nota concedida ao Item 1.7 deve ser modificada, uma vez comprovado o descumprimento do Edital 5\2023, anexo XL que trata da declaração de capacidade técnica e operacional, e ainda deixou de informar o documento de gestão que instituiu a Auditoria interna, descumprindo assim o disposto no Modelo do Anexo II. Importa ressaltar que aprimorar não é criar, mas apenas melhorar;

c. Da pontuação incorreta concedida à proponente no Item, 1.9 – Código de ética aprovado há mais de 6 meses.

Pontuação concedida pela SESAI/MS: 1,5

Pontuação correta: 0,0

Compulsando a documentação da recorrida disponibilizada pela SESAI é possível constatar a inexistência da documentação comprobatória relacionada ao Código de Conduta Ética aprovado há mais de 6 meses, nos termos do item 6.3.2.6 do Edital, que assim preconiza:

6.3.2.6. Os critérios 1.7 e 1.9 da Tabela 2 serão comprovados por meio da **apresentação do ato de gestão (Portaria, Ata de Diretoria, Circular ou outros)** que aprovou a Programa de Integridade (Compliance) e o Código de Conduta Ética, bem como **as ações de publicização** do mesmo junto aos funcionários da instituição.

Há de se considerar ainda que no Anexo XL - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL, há a determinação de que **sejam inseridos nesta declaração o ato normativo que instituiu o Código de Conduta Ética, destacando a data de sua implantação.** Entretanto, a recorrida não informa a data de criação e documento de gestão que instituiu o Código de Conduta Ética, sendo este mais um descumprimento de determinações editalícias. Isso não consta da proposta enviada, conforme se depreende do documento abaixo:

1.8 Código de Conduta Ética

O Código de Ética e Conduta é um documento que estabelece os princípios, valores e normas de comportamento que os membros de uma organização devem seguir em suas atividades profissionais. Ele desempenha um papel fundamental na promoção de uma cultura ética e na orientação das ações dos colaboradores.

O Código de Ética e Conduta do Avante Social foi aprimorado em 29 de março de 2021 e serve como um guia essencial para todos os colaboradores da organização. Ele estabelece um padrão claro de comportamento ético e define as expectativas em relação ao comportamento profissional. Através desse código, o Instituto busca promover uma cultura organizacional caracterizada pela integridade, responsabilidade e respeito, refletindo os valores essenciais da empresa.

O fato é que apesar de terem inserido informações acerca da constituição do Código de Ética, a proponente não apresentou a portaria que instituiu o referido Código de Ética nem a comprovação de divulgação entre os funcionários, de forma que a pontuação correta a ser conferida a proponente deveria ter sido 0, pois assim reza o Item 6.3.2.6 do Edital 05\2023.

Lado outro, destaca-se que caso não seja zerada a pontuação atribuída para esse critério, conforme se depreende-se do previsto no item 6.3.2 do edital, notadamente a Tabela 2 – Critérios de Avaliação da qualificação técnica, da experiência institucional e da capacidade operacional da proponente, que **a pontuação máxima a ser auferida no**

quesito 1.9 é de 1 (um) ponto. Assim não poderia a proponente ter auferido 1,5 pontos, conforme imagem abaixo:

1.9 Código de Conduta Ética aprovado há mais de 6 meses	1,50
---	------

Nesse sentido, subsidiariamente, caso não sejam acatadas as razões para zerar o referido quesito, o que não se acredita, pugna para que a pontuação seja limitada a 1 (um) ponto.

IV Dos critérios de “Avaliação da estrutura técnica e metodológica dos planos de ação” - Item 3 “Elementos da proposta”

Pontuação total concedida pela SESA/MS no Relatório:

ITEM	2.1	2.2	2.3	2.4	Total
Pontos	11,95	15,00	10,00	5,00	41,95

Pontuação total que deveria ter sido concedida:

ITEM	2.1	2.2	2.3	2.4	Total
Pontos	0,00	0,00	0,00	4,00	4,00

a) **Da necessidade de revisão da nota do item 2.3 Previsão de Instrumentos de registro, monitoramento e sistematização das ações previstas.**

Na avaliação do item 2.3 que trata da *Previsão de instrumentos de registro, monitoramento e sistematização das ações previstas*, foi conferida a proponente 10 pontos, mas o fato é que **a pontuação máxima a ser auferida no quesito 2.3 é de 6 (seis) pontos**, conforme a imagem a seguir extraída do edital de chamamento:

2.3	Previsão de instrumentos de registro, monitoramento e sistematização das ações previstas	6,0 ponto - monitoramento total 4,0 ponto - monitoramento alto 2,0 ponto - monitoramento parcial 0,0 ponto - baixo monitoramento	6,0
-----	--	---	-----

Entretanto, no relatório de avaliação da proponente consta como nota máxima 10 pontos, em total desconformidade com o edital o que demanda a sua correção imediata para 6 pontos.

- b) Da pontuação incorreta concedida à proponente nos Itens 2.1 Aderência da proposta aos objetivos e diretrizes do presente Edital e suas Especificações Complementares e 2.2 Clareza da proposta metodológica para o desenvolvimento dos objetivos previstos no item 1.2 do Edital.**

Item **2.1:** Pontuação concedida pela SESAI/MS - 12,00

Pontuação correta: 0,0

Item **2.2:** Pontuação concedida pela SESAI/MS - 15,00

Pontuação correta: 0,0

De acordo com o Item 3 que trata sobre os elementos da proposta, este informa que;

3.1 Metas: <Informar as metas a serem atingidas. Metas são os objetivos expressos em termos quantitativos, mensuráveis e, portanto, verificáveis por meio de métodos de monitoramento e avaliação>

O fato é que a proponente deixou de apresentar os orçamentos consolidados de quase TODOS os eixos, a saber:

- No Eixo 2 – Educação Permanente - a recorrida deixou de apresentar planilha com o valor consolidado das ações;
- No Eixo 3 – Controle Social - a recorrida deixou de apresentar planilha com o valor consolidado das ações;
- No Eixo 4 – Ações integrativas de saúde voltadas à valorização de saberes tradicionais da medicina indígena - a recorrida deixou de apresentar planilha com o valor consolidado das ações;

Apesar de ter feito a descrição das atividades de cada um dos Eixos mencionados no Plano de ação, está não trouxe orçamento consolidado da previsão de gastos dos EIXOS 2 – Educação Permanente, 3-Controle Social e 4 que trata das Ações Integrativas de saúde voltadas a valorização de saberes, ferindo as recomendações editalícias.

Diante de todo exposto acima, verifica-se que a proponente não apresentou aderência da proposta com clareza suficiente para auferir a nota máxima, bem como não ocorreu clareza em sua totalidade para que auferisse nota máxima, uma vez que descumpriu o Item 3.2.2 EIXO 2 (Educação Permanente), EIXO 3 (Controle Social Permanente) e EIXO 4 que trata das Ações Integrativas de saúde voltadas a valorização de saberes tradicionais, devendo tais notas (itens 2.1 e 2.2) ser revistas por este respeitável órgão.

IV – Da nota Final Englobando as tabelas 2 e 3 do Edital

Foram concedidas à recorrida as seguintes notas totais:

Pontuação total concedida pela SESAI/MS no Relatório:

ITEM	1.1	1.2	1.3	1.4	1,5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	Total	2.1	2.2	2.3	2.4	Total	Total Geral
Pontos	7,5	0	3	9	6	2,5	1,5	0	1,5	2	33	12	15	10	5	42	74,95

Entretanto, com fulcro nos fundamentos elencados no presente recurso, a recorrente pugna para que, na eventualidade de não ser acatada a preliminar para

desclassificação da recorrida, sejam corrigidas as notas, da forma que segue abaixo na conclusão.

ITEM	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6	1.7	1.8	1.9	1.10	Total	2.1	2.2	2.3	2.4	Total	Total Geral
Pontos	7,5	0	3	0	0	0	0	0	0	2	12,5	0	0	0	4	4	16,5

V - Conclusão

Em função de todo o exposto, a Santa Casa de Misericórdia de Sabará requer que o presente recurso seja recebido, concedendo efeito suspensivo ao certame em questão até a decisão deste recurso e, no mérito, que seja provido para:

- a) Em sede de preliminar, reconhecer e declarar a **DESCCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA** da recorrida **Associação Hospitalar Beneficente do Brasil** em face da não utilização do modelo do Anexo II - ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E DO PLANO DE AÇÃO, da ausência do **percentual destinado a despesas indiretas e/ou administravas**, da falta de Carimbo no ANEXO XL - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL;

- b) No mérito:

Corrigir a pontuação do Critério **1,4, 1,5 e 1,6**, “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior nas áreas de saúde e ciências sociais aplicadas”, “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com mestrado” e “Corpo técnico composto por profissionais de nível superior com doutorado, PORTANTO, todos os itens devem ser zerados, eis que a recorrida não apresentou a documentação exigida no Item 6.3.2.5 do edital do certame, bem como ao ANEXO XL.

- i. Corrigir a pontuação do Critério **1.7** “Programa de Integridade Compliance”, Diante do exposto acima, e do erro grasso da proponente, a referida nota concedida ao Item 1.7 deve ser modificada, uma vez comprovado o descumprimento do Edital 5\2023, anexo XL que trata da declaração de capacidade técnica e operacional.
- ii. Corrigir a pontuação do Critério **1.9** “Código de Conduta Ética aprovado há mais de 6 meses” de 1,5 para 0, uma vez que a proponente não apresentou a portaria que instituiu o referido Código de Ética nem a comprovação de divulgação entre os funcionários, de forma que a pontuação correta a ser conferida a proponente deveria ter sido 0, pois assim reza o Item 6.3.2.6 do Edital 05\2023.
- iii. Corrigir a pontuação do Critério **2.1** “Aderência da proposta aos objetivos e diretrizes do presente Edital e suas Especificações Complementares” de 9,56, para 0, dada a baixa aderência da proposta em face da falta de menção a itens essenciais que compunham o Anexo II, especialmente a falta de percentual das despesas administrativas e do orçamento consolidado;
- iv. Corrigir a pontuação do Critério **2.2** “Clareza da proposta metodológica para o desenvolvimento dos objetivos previstos no item 1.2 do Edital” de 12.00, para 0, dada a baixa aderência da proposta em face da falta de menção a itens essenciais que compunham o Anexo II, especialmente a falta de percentual das despesas administrativas e do orçamento consolidado;
- v. Na avaliação do item **2.3** que trata da ***Previsão de instrumentos de registro, monitoramento e sistematização das ações previstas***, foi conferida a proponente 10 pontos, mas o fato é que **a pontuação máxima a ser auferida no quesito 2.3 é de 6 (seis) pontos**. Assim

não poderia a proponente ter auferido 10 pontos, portanto a nota deverá ser zerada.

- vi. O Anexo XL não foi devidamente assinado, uma vez que faltou o carimbo da instituição. Insta salientar que o modelo do referido documento traz expressa a seguinte determinação ***“Assinatura e carimbo do Dirigente máximo ou outra autoridade, por delegação de competência”***, sendo imprescindível o carimbo da instituição para a devida comprovação da identificação
- vii. Corrigir a pontuação total (Englobando as tabelas 2 e 3 do Edital) de 74,95 pontos para 16,5 pontos.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Sabará/MG, 11 de março de 2024.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SABARÁ
PROVEDOR